



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL**

**MEMÓRIA**

**IX REUNIÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE  
NACIONAL**

**14/ABRIL/2005**

# ÍNDICE

MEMÓRIA DA IX REUNIÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE NACIONAL.....	3
PARTICIPANTES.....	3
PAUTA.....	3
ABERTURA.....	4
PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DE GESTORES .....	4
AGENDA LICENCIAMENTO .....	6
<i>Assentamentos</i> .....	6
<i>Saneamento</i> .....	6
<i>Energia</i> .....	7
<i>Carcinocultura</i> .....	7
<i>Portal Nacional de Licenciamento Ambiental - PNLA</i> .....	7
<i>Tipologia de Atividades de Impacto Local</i> .....	8
SINIMA.....	8
IMPLEMENTAÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS TRIPARTITES ESTADUAIS .....	8
INFORMES GERAIS.....	9
<i>Regulamentação do Artigo 23</i> .....	9
<i>Apresentação da Proposta do Plano Nacional de Áreas Protegidas</i> .....	9
<i>Compensação Ambiental</i> .....	10
<i>Encontro de Fortaleza: Rede de Fundos</i> .....	10
<i>Licenciamento Ambiental de Obras suportadas com recursos do Orçamento Geral da União</i> .....	10
<i>Licenciamento Ambiental de atividades desenvolvidas no âmbito da Agricultura Familiar</i> .....	11
<i>Seminário da Caatinga</i> .....	11

# Memória da IX Reunião da Comissão Tripartite Nacional

**Data:** 14 de abril de 2005

**Horário:** 14 h

**Local:** Ministério do Meio Ambiente - Sala de Reuniões da Secretaria Executiva - 6º Andar

## **Participantes:**

Pela ABEMA: Alexandrina Sobreira de Moura (Presidente) e Romeu Aldigueri de Arruda Coelho (SEMACE/CE)

Pela ANAMMA: Berenice Maria Jacob O. P. Almeida (Presidente), Sebastião Ney Vaz Jr (SEMASA)

Pela Confederação Nacional dos Municípios: Valtemir Bruno Goldmeier (FAMURS/RS)

Pelo IBAMA: Luiz Fernando K. Merico (Diretor de Gestão Estratégica)

Pelo MMA: Cláudio Langone (Secretário Executivo do MMA), Vitor Zular Zveibil (Secretário de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos), Moema Sá (SQA), Heitor Medeiros (DEA), Iara Vasco (SBF), Taciana Neto Leme (FNMA), Elias Araújo (FNMA), Marley Caetano de Mendonça (Secretaria de Recursos Hídricos), Volney Zanardi Jr. (Diretor do Departamento de Articulação Institucional – DAI), Regina Gualda (PNMA), Edison Netto Lasmar (DAI), Lúcia Regina de Oliveira (DAI), e Virgínia Muzell (DAI).

## **Pauta:**

- Abertura
- Programa Nacional de Capacitação de Gestores
- Agenda Licenciamento: Assentamento; Saneamento; Energia; Carcinocultura; Portal Nacional de Licenciamento Ambiental; e Tipologia de Atividades de Impacto Local
- SINIMA (Reunião do Comitê Gestor) / SISLIC
- Implementação das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais
- Agenda ambiental do CONAMA;
- Informes gerais
- *Regulamentação do Artigo 23*
- *Apresentação da Proposta do Plano Nacional de Áreas Protegidas;*
- *Compensação Ambiental;*
- *Encontro de Fortaleza: Rede de Fundos;*
- *Licenciamento Ambiental de Obras suportadas com recursos do Orçamento Geral da União;*
- *Licenciamento Ambiental de atividades desenvolvidas no âmbito da Agricultura Familiar.*

## **Abertura**

A Reunião foi aberta pelo Secretário Executivo Cláudio Langone, que saudou a todos e passou para a fase de apresentações. Explicou que o número de representantes do MMA presentes na reunião se justifica em função do acompanhamento das agendas da Comissão Tripartite Nacional. Fez a leitura da pauta proposta e consultou se havia alguma sugestão de alteração de temas e/ou ordenamento, abrindo espaço para inclusão de informes da ABEMA e ANAMMA.

Aprovada a pauta passou-se à discussão do 1º ponto.

## **Programa Nacional de Capacitação de Gestores**

A Dra. Virgínia do DAI/MMA apresentou o estado da arte do Programa Nacional de Capacitação de Gestores informando que está na fase de visitas aos estados contemplados na 1ª Etapa e implantação do G<sub>2</sub> – Grupo Estadual, composto pelas comissões tripartites estaduais, universidades, governo do Estado, instituições de pesquisa e educação, CIEAs e a sociedade civil. O papel do G<sub>2</sub> é articular os agentes locais e apresentar propostas ao programa de capacitação. Até aquela data já haviam sido visitados seis estados (MS, AM, SP, CE, PE, AC) e que os próximos serão BA, SC e RJ, com previsão de conclusão no início de maio. Essa fase tem contado com a participação do FNMA, PNMA, DEA e IBAMA. Registrou que tem havido reclamações quanto ao prazo sugerido/proposto para a assinatura dos convênios, que são geralmente considerados curtos, mas observa que o MMA tem se disponibilizado a subsidiar a formatação dos referidos convênios, oferecendo apoio aos GT's nesse sentido. Também registrou que os municípios consideram baixos os valores disponibilizados (de 100 a 500 mil reais). Informou sobre a busca de parcerias nacionais, que tem apresentado resultados positivos, como em relação à Caixa Econômica Federal, que disponibilizou sua estrutura física e administrativa para colaborar com o programa. Informou, ainda, sobre a proposta de realização de reunião do GT Nacional de Capacitação no dia 10 de maio, com o objetivo de discutir o conteúdo básico do programa e cronograma de assinaturas de convênios.

### **Rodada de Discussão**

Dr. Volney: informa que na pasta distribuída aos participantes da reunião foi anexado documento com informações adicionais sobre o Plano Nacional de Capacitação.

Dr. Langone: chama a atenção para o fato de que o contingenciamento de recursos no orçamento não atingiu o Programa de Capacitação, estando garantidos os dois milhões de reais para ele previstos. No âmbito do MMA tem-se buscado constituir um “consórcio interno” entre os vários órgãos e secretarias que possuem programa de capacitação, além da CEF e Petrobrás. Em recente visita aos EUA, buscou-se apoio do Banco Mundial, que se propôs a cooperar com recursos técnicos - há sinalização positiva dos setores de capacitação do Banco em Washington – DC e do setor de meio ambiente do Banco aqui no Brasil. Ou seja, há perspectiva de o Banco Mundial vir a ser parceiro no Programa Nacional de Capacitação. Observa que o M. das Cidades tem programa de capacitação municipal voltado para planos diretores e de resíduos, e que o MMA tem grande interesse em participar visando a complementaridade nessas ações. Com relação à observação do Dr. Valtemir sobre a visão do Ministério das Cidades - restrita às questões de resíduos sólidos e saneamento, informou que o M. das Cidades solicitou contribuições do MMA na sugestão de temas para os planos diretores, sendo que o MMA já apontou para a necessidade de uma maior participação de entidades como ANAMMA e CNM.

Dr. Valtemir: ressaltou como fundamental a participação efetiva dos municípios no plano de capacitação, e que as universidades possuem uma “linguagem intelectual” que não os alcança. Essa lacuna pode levar ao desestímulo dos municípios em participar do programa de capacitação”.

Dr<sup>a</sup> Virgínia: Informou a realização, pela manhã, da primeira reunião sobre conteúdos, cuja linguagem proposta está adequada ao “público – alvo”, e que as universidades que participaram das reuniões estaduais dos GT’s de capacitação, estão atentas à questão de oferecerem linguagens adequadas aos municípios.

Dra Alexandrina: demonstrou preocupação quanto às condições necessárias para que os estados possam assinar os convênios nos prazos propostos, e também em relação à obrigação da contrapartida. Outra preocupação diz respeito à forma de distribuição de contrapartidas, inclusive do IBAMA. Citou que, no caso de Pernambuco, a proposta de atingir média de 157 municípios é atingir praticamente todo o estado. Solicitou que o documento Estratégia de Ação do PNC entregue durante a reunião, seja esclarecido.

Dr<sup>a</sup> Virgínia: Explicou sobre a média que se pretende alcançar e informou que o documento Estratégia de Ação foi aprovado na reunião do GT Capacitação em reunião realizada em 15 de março de 2005.

Dr<sup>a</sup>. Alexandrina: entende que os membros do GT não possuem visão para definir a participação dos estados, e que os estados não estão sabendo que terão que assumir contrapartida. Afirmou haver uma questão operacional.

Dr. Langone: Lembrou que o GT Nacional de Capacitação teve aprovação da Comissão Tripartite Nacional e foi por ela designado para decidir sobre capacitação. Nesse sentido, considera-se que os representantes das entidades possuem mandado para as definições do Grupo. Discorreu sobre o ambiente nas tripartites estaduais, o universo que se pretende alcançar tendo em vista que a estratégia é de consolidação do SISNAMA. Ressaltou que há orientação para as Gerências Executivas do IBAMA participarem da estratégia do Plano Nacional de Capacitação. Se for entendimento que o GT não tem condições de decidir, a Comissão Tripartite Nacional deve discutir e buscar solução, tendo em vista os investimentos nesse tema e o esforço do Governo Federal.

Dr. Merico: a constituição das tripartites, em parte, deu-se em função de peculiaridades dos estados, daí a dificuldade de se identificar um padrão de atuação do IBAMA no processo. Há uma participação efetiva do IBAMA nas Comissões Tripartites Estaduais, aportando recursos em vários sentidos. Há um orçamento que está sendo utilizado e não contabilizado.

Dr<sup>a</sup>. Alexandrina: a ABEMA vai realizar uma consulta junto aos estados sobre a adoção do Plano Nacional de Capacitação e suas reais capacidades de assinar convênios e oferecer contrapartidas.

Dr. Elias: lembrou que qualquer apoio do IBAMA, contabilizado ou não, está embutido na contrapartida do Governo Federal/MMA.

Dra. Virgínia: respondendo a pergunta do Dr. Sebastião, informou que as minutas de convênios estão em elaboração, e deverão ser apresentadas na reunião do GT agendada para o dia 10/05.

Dr. Volney: informou que as minutas estão sendo delineadas nas reuniões das tripartites estaduais com acompanhamento do MMA (DEA/FNMA).

Dr. Romeu: entende que cabe às Comissões Tripartites Estaduais analisar os convênios, em função dos recursos/contrapartida de cada participante.

Dr. Langone: sugeriu que se deve juntar o resultado da consulta que a ABEMA vai fazer aos estados com o das visitas que estão sendo realizadas e com o acúmulo de conhecimento do GT de Capacitação, e realizar uma ampla discussão do tema na reunião do GT, agendada para o dia 10 de maio de 2005, com a participação dos presidentes da ABEMA e ANAMMA, de forma a viabilizar a continuidade do Programa Nacional de Capacitação.

A sugestão foi aceita.

<b>Agenda Licenciamento: Assentamento; Saneamento; Energia; Carcinocultura; Portal Nacional de Licenciamento Ambiental; e Tipologia de Atividades de Impacto Local</b>
--

O Dr. Volney pediu que a Dra. Moema da SQA/MMA apresentasse a agenda do Licenciamento Ambiental.

### **Assentamentos**

Foi apresentado um histórico a partir do Termo de Compromisso para licenciamento ambiental dos assentamentos da Reforma Agrária, firmado entre Ministério Público Federal, MDA, INCRA, MMA e IBAMA, e um relato sobre as ações do MMA como a participação da SQA nas Oficinas Ambientais realizadas pelo INCRA e o levantamento, junto aos OEMAs, sobre a Resolução CONAMA n.º 289/2001 e o referido TAC. Informou que até o momento apenas 12 (doze) estados se manifestaram, e solicitou que a ABEMA conversasse com os Oemas sobre a necessidade de responder ao questionário para que o MMA tenha uma visão ampla sobre a questão e também quanto à necessidade de revisão da Resolução 289/2001. Informou, ainda, que a partir do resultado desse levantamento o MMA vai elaborar uma proposta de Termo de Referência com o conteúdo mínimo, em termos de estudos, informações e procedimentos, para regularização do licenciamento ambiental dos projetos de assentamentos existentes, e realizará seminários regionais para discussão do tema.

### **Saneamento**

Dra. Moema informou sobre o seminário realizado no período de 07 a 10/3/2005, em Brasília, que reuniu os órgãos de meio ambiente estaduais e federal para debater o licenciamento ambiental de sistemas de tratamento de esgotos sanitários e promover a troca de experiência sobre os procedimentos aplicados no licenciamento ambiental da atividade, e discutir sobre a possibilidade de simplificação do licenciamento ambiental para empreendimentos de médio e pequeno porte, e a harmonização dos procedimentos, respeitadas as especificidades ambientais de cada região. Como resultado dos trabalhos foi proposta minuta de resolução sugerindo seu envio ao CONAMA - Grupo de Trabalho instituído para discutir o Licenciamento Ambiental de Sistemas de Tratamento de Esgotos Sanitários, subordinado à Câmara Técnica de Saúde, Saneamento e Gestão de Resíduos. Como continuidade do seminário, será discutido com os OEMAs, via correio eletrônico, um Termo de Referência orientador na elaboração dos estudos ambientais pertinentes ao processo de licenciamento ambiental. O Material do seminário já está disponível na

Internet: <http://www.mma.gov.br/sqa> - **PROGESTÃO** - “Seminário: Licenciamento Ambientais de Sistemas de Tratamento de Esgoto Sanitário – Arquivos p/ Download”.

Dr<sup>a</sup>. Alexandrina: registrou que a avaliação da ABEMA sobre o seminário foi ótima.

Dr. Victor: avalia que os frutos do seminário foram muito positivos, tanto para os municípios quanto para as OEMA's. Quanto à questão dos aterros, entende ser um tema mais complexo.

Dra. Moema: informou que, tendo em vista a dificuldade dos OEMAs no licenciamento ambiental de aterro sanitário para resíduos sólidos urbanos, a SQA estará promovendo em junho desse ano um seminário para discussão e harmonização dos procedimentos de licenciamento ambiental.

## **Energia**

Foi apresentado um relato sobre a articulação MMA/MME para licenciamento de empreendimentos do setor de energia, e sobre a elaboração do Termo de Referência para Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos na bacia do rio Uruguai, que contou com a participação dos órgãos de meio ambiente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em breve esse TR será disponibilizado na página do MMA.

## **Carcinocultura**

Dr. Vitor, Secretário de Qualidade Ambiental, informou sobre a realização de um seminário sobre carcinocultura com foco no licenciamento ambiental, em processos produtivos e no avanço da tecnologia. O programa/conteúdo está sendo discutido com a ABEMA e o público-alvo será OEMAs, IBAMA e MMA. Entende que a visão dos produtores é importante e deve ser pensado na forma de participarem do seminário. Informou, ainda, que o seminário deverá ocorrer no Nordeste, em data e local a ser definido.

Dr. Romeu: entende que é improdutivo abrir para a participação da sociedade civil sem um diálogo prévio entre MMA/OEMA's/IBAMA.

Dr. Victor: explicou que os produtores poderiam participar de algumas mesas/painéis, mas que é preciso pensar melhor no foco do seminário.

Dr. Langone: entende que esse primeiro seminário deve ser mais restrito, inicialmente. A primeira conversa deve ser mais de governo, com indicativo de realizar outro seminário mais amplo. Entende que esse seminário não é em atendimento à Moção CONAMA - que deve ter outra conotação, inclusive, temos que ter um indicativo para o do CONAMA.

Esse entendimento teve a concordância da ABEMMA.

## **Portal Nacional de Licenciamento Ambiental - PNLA**

Dra. Moema fez uma explanação sobre o Portal – um projeto arrojado e ambicioso, esclarecendo sobre a metodologia adotada para definição dos estados que estão participando da primeira etapa. Informou que seu lançamento será na Semana do Meio Ambiente.

Dr. Romeu: reputa como de grande importância o lançamento do Portal. Na sua opinião, seu lançamento na Semana do Meio Ambiente deveria ser prioridade e ter uma grande divulgação. Entende que seu lançamento pode ter efeito de diminuir em parte a pressão sobre o setor ambiental.

Dr. Volney: informou que o SISLIC já está disponível na página do IBAMA - módulo de hidroelétricas, integrado com informações ambientais, e que o mesmo estará integrado, também, ao PNLA, isto é, integração do sistema federal com os sistemas estaduais. Informou, ainda, que em maio haverá treinamento para os técnicos de tecnologia da informação do IBAMA e dos estados que vão participar da primeira etapa do Portal.

### **Tipologia de Atividades de Impacto Local**

Dr. Volney: Fez referência ao texto base sobre tipologia aprovado na VIII reunião da Comissão Tripartite Nacional. Entende que o Programa Nacional de Capacitação e os Pactos nas Comissões Tripartites Estaduais são dois grandes eixos para discussão sobre tipologia de atividades de impacto local, bem como os recursos do TAL (US\$ 8 milhões aportados) para alavancar o processo de discussão. Sugeriu a realização de um Seminário Nacional ou um Workshop para discussão do tema, que poderia acontecer até o final de julho desse ano.

Dr. Langone: Sugeriu que na próxima reunião da Comissão Tripartite Nacional seja apresentada a proposta de realização desse Workshop.

### **SINIMA**

Dr. Volney: Falou da publicação da Portaria e sobre o Comitê Gestor, que tem uma função fundamental na padronização de Unidades de informação – comitê político que definirá as agendas dos sub-comitês - caráter técnico. Informou que a primeira reunião do Comitê Gestor está agendada para o dia 12 de maio de 2005, ocasião que será apresentado o regimento interno, o Plano de Trabalho e o Documento-base das atividades do Comitê, documentos esses que estão sendo construídos/minutados pelo MMA.

Dra. Alexandrina: a ABEMA informou que encaminhou a indicação de três representantes, apesar de a Portaria prever dois, pelo grande interesse dos estados em participar do comitê.

Dr. Langone: ressaltou que os sub-comitês técnicos podem abrigar excedentes de interessados em participar do Comitê Gestor.

Dr. Volney: disponibilizou-se para discussão com a ABEMA sobre os sub-comitês, inclusive para orientação quanto às indicações dos representantes da ABEMA tanto no Comitê Gestor, quanto nos sub-comitês.

### **Implementação das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais**

O Diretor do DAI/MMA, Volney fez um breve histórico sobre a implementação das Comissões Tripartites Estaduais, informando que 24 estados já constituíram suas comissões tripartites, e que o cenário atual é:

- CTE que discute capacitação e grandes temas nacionais.



- CTE que se reúne periodicamente, mas discute temas mais locais.
- CTE com dificuldades de se reunirem, em função de alterações municipais, como RO e AL.

Entende que o processo está se consolidando, com as dificuldades normais, inerentes ao tema. As tripartites estão sendo bastante demandadas, inclusive dentro do próprio MMA.

Informou que foi assinado termo de cooperação com os municípios (MMA/CNM).

Dr. Romeu: informou que o Ceará foi um dos primeiros estados a compor a Comissão Tripartite Estadual com mais de cinco reuniões realizadas. No entanto, o Estado do Ceará considera que o Governo Federal rompeu o pacto da tripartite estadual a partir do momento em que o IBAMA, junto com o Ministério Público, entrou com Ação contra o Estado por questões de competências. Solicitou intervenção do MMA.

Dr. Volney: informou que a posição política do MMA é claramente de repartição de competências.

Dr. Merico: informou que é realidade que o IBAMA possui “resistências residuais” à idéia de compartilhamento das competências, mas que já estão sendo esclarecidas essas questões.

## Informes Gerais

### Regulamentação do Artigo 23

O Dr. Volney fez um relato sobre a I reunião do GT Artigo 23 e informou que a proposta de Projeto de Lei encontra-se na pasta distribuída e que já foi encaminhada aos componentes da ABEMA e ANAMMA. Solicitou que todos, após a leitura do texto, encaminhem sugestões que a ABEMA e ANAMMA orientem seus representantes no GT para a reunião agendada para os dias 28 e 29 de abril, ocasião que será discutida a proposta. Já existe um primeiro boneco do projeto para análise dos interessados.

Dr. Langone: informou que a Secretaria de Assuntos Federativos e Casa Civil concordam com a priorização do tema ambiental na regulamentação do Artigo 23, entendendo que o resultado poderá incentivar outros setores a fazerem o mesmo. Informou, também, que o Dep. Sarney Filho e outros têm demonstrado a mesma disposição e que a agenda do GT de regulamentação do art. 23 está prevista a realização, no mês de maio, de reunião com o Dep Sarney Filho, MPF e MPE.

### Apresentação da Proposta do Plano Nacional de Áreas Protegidas

A Dr<sup>a</sup>. Iara Vasco da Secretaria de Biodiversidade e Florestas fez uma explanação sobre a Proposta do Plano Nacional de Áreas Protegidas, a constituição do GT Áreas Protegidas. Indicação dos representantes da ABEMA e ANAMMA - ANAMMA falta indicar suplentes. Discorreu sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - implementação da Lei do SNUC, Metas e Atividades. É entendimento que metas nacionais devem ser pactuadas com estados e municípios. Informou que foram encaminhados para os membros do GT CD's com textos de discussão.

Dr<sup>a</sup>. Alexandrina: chamou a atenção para a composição dos GT's - governo Federal ficou com oito representantes e a ABEMA e a ANAMMA apenas um de cada entidade, e

um representante das ONG's. Entende que se deve procurar maior equilíbrio, e sugeriu que a SBF analise a possibilidade de revisão da Portaria.

Dr. Langone: concordou com a posição da ABEMA, entendendo que é difícil um único representante dar suporte ao GT no que diz respeito à diversidade de cada região, e sugeriu rever a portaria de forma a ampliar a representatividade tanto da ABEMA, quanto da ANAMMA - talvez um representante da ABEMA e um da ANAMMA por região.

### **Compensação Ambiental**

O Dr. Volney fez um relato sobre o andamento da construção das metodologias de gradação de impacto ambiental para fins de compensação ambiental, e sobre a apresentação das mesmas à ABEMA, MME e ao GT de Compensação Ambiental do CONAMA. Informou que as metodologias, quando concluídas, deverão ser disponibilizadas para consulta pública no site do IBAMA e que a ABEMA e a ANAMMA serão convocadas a participar. Informou, ainda, que está sendo realizada hoje e amanhã (14 e 15 de abril) reunião da Câmara Técnica de Unidades de Conservação para discussão da proposta de resolução e posteriormente encaminha-la à plenária do CONAMA.

### **Encontro de Fortaleza: Rede de Fundos**

O Dr. Elias agradeceu o empenho da ABEMA e ANAMMA na organização do Encontro, informou que participaram dezoito secretários estaduais e municipais. Discutiu-se a situação dos fundos e dos editais dos conselhos deliberativos de fundos, e foi lançada a Rede Brasileira de Fundos Ambientais. A ABEMA e a ANAMMA devem indicar os representantes para comporem o GT sugerido no Encontro.

Dr. Langone: GT vinculado à Comissão Tripartite Nacional. O MMA solicitará oficialmente a indicação dos representantes.

Dr. Elias ressaltou que foi tomada a decisão (no encontro) de remeter a "Carta de Fortaleza" à Comissão Tripartite Nacional.

### **Licenciamento Ambiental de Obras suportadas com recursos do Orçamento Geral da União**

A título de informe, o Dr. Volney disse que o Ministério da Interação Nacional está tendo dificuldades na liberação de recursos para obras e empreendimentos sobre os quais não cabe licenciamento, ou a competência para tal não é da União ou dos estados. Citou como exemplo praças e creches. Observou que existe um certo descompasso em relação a exigências do TCU (LP) para que se possa firmar convênios.

Dr. Langone: entende que é preciso realizar reunião com o TCU sobre o assunto.

Dr. Romeu: ratifica as observações e acrescenta a exigência de licença ambiental por parte de alguns bancos quando não caberia licenciamento. Sugeriu que o órgão licenciador emita uma declaração para aquelas atividades que não são licenciáveis.

Dr. Langone: sugeriu realizar reunião com todos os bancos com participação da ABEMA e da ANAMMA sobre esses entraves. Sugere, também, que o MMA, ABEMA e

ANAMMA se reúnam com o TCU levando uma proposta objetiva sobre a questão do Ministério da Integração e outras.

### **Licenciamento Ambiental de atividades desenvolvidas no âmbito da Agricultura Familiar**

O Dr. Volney informou que o Ministério do Desenvolvimento Agrário oficializou ao MMA a necessidade de se discutir o licenciamento ambiental das atividades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Informou, também, que as Secretarias de Desenvolvimento Sustentável e de Qualidade Ambiental já estão discutindo o assunto, inclusive a proposta de uma resolução específica para agroindústria. Sugeriu que se discutisse o conceito de licenciamento ambiental de planos e programas e não de empreendimentos isoladamente, com a participação da ABEMA e ANAMMA.

Dr<sup>a</sup>. Berenice e Dr<sup>a</sup>. Alexandrina: ressaltaram que a pressão social e mesmo política sobre esse tema é enorme.

Dr. Langone: sugeriu agendar uma reunião ou um Workshop sobre o tema.

### **Seminário da Caatinga**

A título de informe, a Dr<sup>a</sup>. Alexandrina falou sobre a realização do Seminário da Caatinga, a realizar-se em Crato/CE, que apesar de seu caráter comemorativo terá aspectos técnicos. Deve realizar-se em 29/04 e nele será instalado/efetivado o GT sobre a Caatinga.

Na oportunidade o Dr. Langone falou sobre o lançamento da Pesquisa do IBGE que será no dia 29 de abril, no Rio de Janeiro, e ressaltou a importância da participação de representantes da ABEMA e ANAMMA, junto com o MMA no evento, tendo em vista a repercussão que deverá ter o assunto.

Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às 18 horas.

**Brasília, 15 de abril de 2005.**